

A velha guerra verbal do Partido dos Trabalhadores

Gaudêncio Torquato (*)

“O pau que nasce torto não tem jeito, morre torto”. O popular ditado cai bem nesse momento sobre a cabeça dos dirigentes do PT

O novo governo nem começou e o Partido dos Trabalhadores volta ao palanque com seu verbo ácido e mal humorado, a confirmar o velho lema que o tem distinguido ao longo de três décadas de existência: “se hay gobierno, soy contra”. Assim pensa: “o único governo que prestou e deve ser reconhecido como o melhor do país em todos os tempos foi o nosso”.

Não há como argumentar com mentes empedernidas que se acostumaram a repetir mantras nas ruas e nas praças para louvar as “vestes imaculadas” de um corpo enlameado nos dutos do mensalão e do petrolão. O PT não desce do pedestal.

Na noite da derrota, Fernando Haddad fez questão de inverter a aritmética, elevou aos píncaros da glória seus 47 milhões de votos, convocou a militância para resistir e não ter medo, avocando-se como o professor-guerreiro “que não foge à luta, nem teme quem adora a liberdade à própria morte”. A ferocidade petista voltou à garganta de Gleisi Hoffmann. Certamente como deputada desfilará, logo no primeira dia da legislatura, o dicionário raivoso com que o PT construiu o apartheid tão conhecido como o “Nós e Eles”.

A democracia, como todos sabem, pressupõe o jogo dos contrários. O embate de ideias entre protagonistas é salutar para a construção de um sistema em que a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o direito à livre associação, o direito de locomoção, o livre exercício dos cultos religiosos constituem, entre outros, pilares fundamentais. Esse é o cerne da nossa Lei Maior, a Constituição de 88, para a qual o PT, aliás, deu as costas por ter se recusado a assiná-la.

Convém lembrar que, no início da redemocratização, o partido não votou em Tancredo Neves para presidente, não apoiou Itamar Franco no governo de transição e nem o Plano Real, que deu estabilidade à moeda. Uma viseira histórica estreitou o olhar dos dirigentes petistas. Que sempre cultivaram o conceito de que no Brasil há uma banda sadia, a deles, e uma banda podre, o resto. O feitiço acabou virando contra o feiticeiro.

OPT perdeu o pleito na esteira da dualidade que cultivou.

E que, infelizmente, voltará a cultivar, haja vista a disposição já manifesta dos próceres petistas em fazer “oposição por oposição”. Ocorre que boa parte dos partidos que se alinham no centro-esquerda do arco ideológico não mais perfilará ao lado do PT, como é o caso de Ciro Gomes e seu PDT.

O petismo tem condições de adensar o oposicionismo no país, caso o governo Bolsonaro seja um fracasso. A recíproca é verdadeira. Se ganhar aplausos gerais, a administração comandada pelo capitão reformado do Exército queimará o estoque de força que o PT ainda detém. Urge esperar. Tentar voltar às ruas com mobilizações e discurso crítico, sem ver resultados das ações a serem empreendidas, é um risco.

Que poderá ser evitado caso o partido se dedique a uma intensa reflexão interna, capaz de apontar erros cometidos e definir rumos a seguir. As alas que integram o PT estarão medindo forças para escolher os interlocutores dos próximos tempos. Se a verbosagem azeda de Hoffmann persistir, sob a bandeira do “Lula livre”, é possível prever o acirramento dos ânimos sociais.

O país carece de abrir horizontes mais claros. Espera-se do novo governante uma palavra moderada, um verbo mais acolhedor, sob o compromisso de respeito aos princípios constitucionais. A linha divisória que racha o país ao meio vai ser mais forte ou mais tênue caso os extremos contemham o ímpeto de seus ataques. O Brasil não merece viver sob eterna campanha de luta pelo poder. Há demandas prementes que podem ser atendidas, principalmente nas áreas da saúde, segurança pública, educação e mobilidade.

Enxugar a máquina administrativa, promover as reformas fundamentais – previdenciária, tributária, política – fazer crescer o número de empregos, adotar a meritocracia, melhorar a autoestima dos brasileiros, enfim, expandir o Produto Interno Bruto da Felicidade – são desafios que devem receber o apoio de todos, partidos e lideranças. Ser contra apenas para ganhar visibilidade e, mais adiante, voltar ao poder é fazer politicagem, não política no sentido aristotélico de servir à polis.

É hora de lembrar a lição do Barão do Amazonas, vencedor da Batalha Naval de Riachuelo: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação
Twitter@gaudenciotorquato. Acesse o blog (www.observatoriadaeleicao.com).

Congresso reúne-se hoje com vetos e créditos na pauta de votações

Senadores e deputados federais reúnem-se em sessão conjunta do Congresso Nacional hoje (6), para votação de nove vetos presidenciais e cinco projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano

Dentre os itens, está o veto total do presidente Temer ao projeto que autoriza o retorno ao Simples de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos por inadimplência.

De acordo com o texto, os optantes do regime especial poderiam retornar ao programa se aderissem a um plano específico de regularização tributária. A estimativa é de que 600 mil contribuintes receberiam aviso de exclusão por estarem em débito. Também na fila de votação está o Veto que excluiu 18 trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, a maioria deles garantia mais recursos para determinadas áreas e priorizava a destinação de verbas.

Pode ser votado ainda o veto que autoriza empresas de TI e de comunicação a investirem em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação



Dentre os itens a serem votados está o veto da proposta que autorizava o retorno ao Simples Nacional de microempresas.

como contrapartida para recebimento de isenções tributárias. Entre os itens vetados por Temer está a possibilidade de enquadramento entre os gastos passíveis de benefício a modernização de infraestrutura física e de laboratórios nas empresas.

Após os vetos presidenciais, os parlamentares poderão votar cinco projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento de 2018, de R\$ 42,5 milhões para os Ministérios dos Transportes, da Aviação Civil e da Integração Nacional. São recursos para despesas referentes ao término

de obras no Porto de Vitória e de construção e pavimentação de terminal no Porto de Fortaleza, inclusive com a aquisição de scanner para cargas. Também há recursos relacionados à dragagem e adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (Ag.Senado).

Moro diz se inspirar em juiz italiano

O juiz federal Sérgio Moro enviou uma mensagem aos colegas da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) na última sexta-feira (2) em que revela ter se inspirado no juiz italiano Giovanni Falcone, da “Operação Mãos Limpas”, para aceitar o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para assumir a Ministério da Justiça no novo governo. As informações são do jornal “Folha de S. Paulo”.

No texto, Moro lembra que Falcone trocou Palermo, no sul da Itália, por Roma, onde assumiu o cargo de diretor de assuntos penais do Ministério da Justiça da Itália em 1991, após ter combatido a organização mafiosa “Cosa Nostra” nos anos 1980. A operação prendeu três mil pessoas e investigou cerca de 500 parlamentares. Após conseguir a condenação da “Cosa Nostra” na Itália, Falcone dedicou-se a projetos de lei antimáfia no Poder Executivo.

O trabalho de combate à corrupção levou ao assassinato do magistrado, de sua mulher e de três guarda-costas, em 1992, em um atentado a bomba. O ex-chefe do clã dos Corleone, Totò Riina, foi o mandante do crime, pelo qual foi condenado à prisão perpétua.

O juiz brasileiro, famoso pela atuação na operação Lava Jato, disse esperar fazer um trabalho parecido com o de Falcone em Brasília. Ele termina a mensagem aos colegas de toga agradecendo por mensagens de apoio. Segundo o jornal “O Estado de S. Paulo”, Moro encaminhou o ofício ontem (5) à Corregedoria da Justiça Federal em que informa que pretende pedir exoneração do cargo de juiz federal em janeiro do ano que vem (ANSA).

Eleições de meio de mandato viram referendo sobre Trump

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, enfrenta seu maior teste hoje (6), com as eleições legislativas de meio de mandato, que podem marcar uma mudança no equilíbrio de forças no Congresso, hoje nas mãos do Partido Republicano. Os eleitores norte-americanos renovarão nas urnas os 435 assentos da Câmara dos Representantes, um terço (35) das 100 cadeiras do Senado e 36 governos estaduais, incluindo Califórnia, Nova York, Texas e Flórida.

Segundo projeções do site “FiveThirtyEight”, do estatístico Nate Silver, o Partido Democrata tem 85,6% de chances de retomar o controle da Câmara, enquanto os republicanos têm o mesmo percentual de possibilidade de manter o comando do Senado, onde a maioria dos assentos em jogo é da legenda progressista. Ainda que a Câmara Alta continue vermelha, perder o comando de um dos ramos do Congresso - justamente aquele que tem o poder de instaurar um processo de impeachment - deve dificultar a vida de Trump.

De acordo com uma pesquisa divulgada pela “CNN”, sete em cada 10 eleitores dizem que seus votos serão contra (42%) ou a favor (28%) do chefe da Casa Branca. O pre-



Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

sidente se ancora na aquecida economia norte-americana para evitar uma derrota republicana nas urnas e endureceu o discurso nas últimas semanas, enviando milhares de militares para conter uma caravana de migrantes que ainda está longe da fronteira entre Estados Unidos e México.

Trump chegou até a ser acusado de racismo por divulgar um anúncio comparando os migrantes centro-americanos com um clandestino condenado nos EUA por matar dois policiais. Na peça, o narrador questiona: “Quem mais os democratas deixarão entrar?”. O presidente também reintroduziu as sanções contra o Irã às vésperas das eleições e tem participado ativamente de comícios pelo país, assim como

seu antecessor, o democrata Barack Obama, que credita a seu governo o sucesso da economia.

“Quando cheguei na Casa Branca tive de resolver os problemas que nos haviam deixado. Onde vocês pensam que tudo isso começou, quem vocês acham que fez isso?”, questionou Obama durante um comício em Chicago. “O que está em jogo é o caráter de nosso país, seus valores”, acrescentou. O ex-presidente chegou a definir as eleições de 2018 como as mais importantes de sua vida. Para os democratas, o pleito é uma oportunidade de se recuperar de derrota de 2016 e entrar com força na corrida pela Casa Branca de 2020 (ANSA).

Nova Caledônia rejeita independência e se mantém ‘francesa’



Cédulas de votação em plebiscito na Nova Caledônia.

Os habitantes da Nova Caledônia, arquipélago situado no sul do Oceano Pacífico, decidiram não se separar da França. Em plebiscito realizado no domingo (4), 56,4% dos eleitores votaram contra a independência, enquanto 43,6% optaram pelo separatismo. A consulta popular teve participação de 80,6% dos 174 mil cidadãos aptos a votar.

O presidente Emmanuel Macron disse que o resultado “demonstra a confiança na República Francesa”. “Estou verdadeiramente orgulhoso que superamos esse passo histórico juntos”, afirmou. O plebiscito

ocorreu após três décadas de processo de descolonização e nasceu do ressentimento do povo nativo Canaco por causa do tratamento dado pelos europeus.

Os indígenas representam cerca de 40% da população de 270 mil habitantes do arquipélago e foram alvos de discriminação e políticas de segregação durante o período colonial. A França controla a Nova Caledônia desde 1853 e envia 1,3 bilhão de euros em subsídios ao território a cada ano - o temor de prejuízos à economia local é um dos fatores da vitória do “não” (ANSA).

Distrato no setor imobiliário está na pauta do Senado

Um projeto que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta está mais uma vez na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O colegiado tem reunião marcada para hoje (6). A proposição foi rejeitada em julho, mas um recurso levou-a para o Plenário, onde o texto recebeu novas emendas. Com isso, a proposta voltou à comissão, e o senador Armando Monteiro (PTB-PB) foi designado relator para se manifestar sobre as sugestões.

De autoria do deputado Celso Russomano (PRB-SP), o projeto fixa os direitos e deveres das partes nos casos de rescisão de contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou em loteamento. O tema dividiu a opinião dos senadores. Os favoráveis alegaram que o projeto atualiza as regras, dando segurança jurídica às construtoras e aos consumidores na hora da negociação. Por outro lado, há parlamentares que consideraram o texto mais favorável às empresas, sendo



Desistência na compra de imóveis na planta deverá ter regras mais claras para construtoras e consumidores.

necessário mais equilíbrio.

A Comissão tem outros 12 projetos de lei na pauta. Entre eles, o do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), que regula o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais. Define que o estabelecimento comercial que se propuser a aceitar cheque somente poderá recusá-lo quando o nome do emitente figurar em cadastro de proteção ao crédito, ou se o consumidor não for o próprio

emitente do cheque e titular da conta corrente à qual o título de crédito está vinculado.

A proposta determina ainda que o tempo de abertura de conta corrente constante do cheque não será motivo para sua recusa pelo estabelecimento comercial. O relator, Pedro Chaves (PRB-MS), apresentou voto favorável. O projeto ainda seguirá para a Comissão de Transparência, e Defesa do Consumidor (Ag.Senado).

Desenvolvimento econômico como prioridade do mandato

A geração de emprego e o desenvolvimento econômico serão algumas das prioridades do senador Rogério Carvalho Santos (PT), o segundo mais votado para o cargo em Sergipe. Ele tem 50 anos, é médico e foi secretário de Saúde de Sergipe. Em 2006, elegeu-se deputado estadual, de 2011 a 2014, foi deputado federal. Ele pretende defender a ampliação e exploração do pré-sal como alternativa para o desenvolvimento econômico do estado.

“A exploração do pré-sal em Sergipe pode gerar muitos empregos e aumentar a atividade econômica, com repercussão geral para o estado. Com a exploração será possível ampliar a rede de gasoduto para as principais regiões do estado que não têm acesso ao gás natural e facilitar a instalação de empresas”, explicou. Rogério também vê como questão central para o desenvolvimento do estado a criação de universidades federais de Lagarto e de Itabaiana, a partir da transformação de dois campi da Universidade Federal de Sergipe.

Já em relação a uma reforma tributária, ele afirma que pretende atuar em prol de mais justiça fiscal no país, que possibilite a distribuição da renda. “Quem ganha menos paga mais e quem recebe dividendos não paga imposto, mas quem recebe salário paga. Estarei no Senado para defender um modelo de justiça tributária que permita ampliar a renda da maior parte da população”, declarou (Ag.Senado).